



PAPANDUVA

GOVERNO DO MUNICÍPIO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 051/2024 (Processo Administrativo nº 051/2024)

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o Município de Papanduva, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento menor preço por item, nos termos da Lei nº 14.133/21, Decreto Municipal nº 3.401/2024 e Decreto nº 3.408/2024, bem como as exigências estabelecidas neste Edital.

Os documentos relacionados a seguir fazem parte integrante deste Pregão:

Anexo I – Termo de Referência;

Anexo II – Minuta do Ata de Registro de Preços;

Anexo III – Minuta do Contrato;

MODO DE DISPUTA: “Aberto”

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 30 de Outubro de 2024, a partir das 08h00 min.

FIM DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 11 de Novembro de 2024 às 09h00 min.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 11 de Novembro de 2024 às 09h05 min.

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).

LOCAL: Portal de Compras Publicas – www.portaldecompraspublicas.com.br

DO OBJETO

1.1 O objeto da presente licitação é o registro de preço para futura e eventual aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS para o Programa Nacional e Alimentação Escolar - PNAE, a fim de atender as necessidades da Rede Municipal de Ensino.

1.2 A licitação terá julgamento por item.

1.3 O critério de julgamento adotado será o menor preço, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1 As despesas para atender a esta licitação serão provenientes do orçamento municipal vigente, previstos para o exercício de 2024.

DO CREDENCIAMENTO E PARTICIPAÇÃO

3.1 Poderão participar desta Licitação todas e quaisquer empresas ou sociedades, regularmente estabelecidas no País, que sejam especializadas e credenciadas no objeto desta licitação e que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital e seus Anexos.



PAPANDUVA

GOVERNO DO MUNICÍPIO

3.2 Poderão participar deste Pregão Eletrônico as empresas que apresentarem toda a documentação por ela exigida para respectivo cadastramento junto ao Portal de Compras Públicas.

3.3 Não poderá participar da licitação a empresa que estiver sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que tenha sido declarada inidônea por órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou Distrito Federal ou que esteja cumprindo período de suspensão no âmbito da administração municipal.

3.4 O licitante deverá estar credenciado, de forma direta ou através de empresas associadas a Portal de Compras Públicas, até no mínimo uma hora antes do horário fixado no edital para o recebimento das propostas.

3.5 O cadastramento do licitante deverá ser requerido acompanhado dos seguintes documentos:

a) Instrumento particular de mandato outorgando à operador devidamente credenciado junto ao Portal de Compras Públicas, poderes específicos de sua representação no pregão.

b) Declaração de seu pleno conhecimento, de aceitação e de atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital e

c) Especificações do produto objeto da licitação em conformidade com edital, constando preço, marca e modelo e em caso de itens específicos mediante solicitação do pregoeiro, inserção de catálogos do fabricante. “A empresa participante do certame não deve ser identificada”.

3.6 A microempresa ou empresa de pequeno porte, além da apresentação da declaração constante nos Anexos para fins de habilitação, deverá, quando do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitado no sistema, verificar nos dados cadastrais se assinalou o regime ME/EPP no sistema conforme o seu regime de tributação para fazer valer o direito de prioridade do desempate. Art. 44 e 45 da LC 123/2006.

DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1 Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3 Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto neste Edital.

4.4 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no



PAPANDUVA

GOVERNO DO MUNICÍPIO

instrumento convocatório;

4.4.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

4.4.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.4.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4.5 O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.4.6 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

4.4.7 no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.4.8 nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.5 A falsidade das declarações sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.6 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.7 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.8 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.9 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.9.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances,



PAPANDUVA

GOVERNO DO MUNICÍPIO

que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.9.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.10 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.10.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.10.2 percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.11 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.9 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.12 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.13 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1 Valor Unitário do Item;

5.1.2 Valor Total do Item;

5.1.3 Marca (nos casos de compras);

5.1.4 Fabricante (nos casos de compras);

5.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3 O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.4 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.5 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro,



PAPANDUVA

GOVERNO DO MUNICÍPIO

omissão ou qualquer outro pretexto.

5.6 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.7 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.8 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.9 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.4 O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.5 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.6 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.7 (removido).

6.8 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.9 O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.10 Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“aberto”**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.



PAPANDUVA

GOVERNO DO MUNICÍPIO

6.11 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.12 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.13 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.14 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.15 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.16 Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“aberto e fechado”**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.17 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.18 Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.19 No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.20 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.21 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.22 Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“fechado e aberto”**, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/menor percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.23 Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item anterior, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.24 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada



PAPANDUVA

GOVERNO DO MUNICÍPIO

automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.25 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.26 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.27 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.28 Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.29 Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.30 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.31 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.32 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.33 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.34 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.35 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

6.36 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.37 A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.



PAPANDUVA

GOVERNO DO MUNICÍPIO

6.38 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.39 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.40 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.41 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.41.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.41.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.41.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.41.4 desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.42 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.42.1 empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.42.2 empresas brasileiras;

6.42.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.42.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.43 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.44 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de



PAPANDUVA

GOVERNO DO MUNICÍPIO

sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.45 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.46 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.47 O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.48 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.49 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

DA FASE DE JULGAMENTO

7.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.3 Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

7.4 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

7.5 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

7.6 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.7 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.

7.8 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro



PAPANDUVA

GOVERNO DO MUNICÍPIO

examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

7.9 Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.9.1 conter vícios insanáveis;

7.9.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.9.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.9.4 não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.9.5 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.10 No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração Municipal.

7.11 A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.11.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.11.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.12 Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.12.1 Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

7.13 No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

7.14 Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

7.15 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.16 Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos



PAPANDUVA

GOVERNO DO MUNICÍPIO

valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.17 Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.18 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.19 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1 Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.2 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3 Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4 Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.5 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por e-mail, caso possuir autenticidade digital.

8.6 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.7 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

8.8 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que



PAPANDUVA

GOVERNO DO MUNICÍPIO

cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9 O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10 (removido).

8.11 (removido).

8.12 (removido).

8.13 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

8.14 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.15 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.16 A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.17 Os documentos exigidos para habilitação deverão ser enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro, ou via e-mail, conforme definido pelo pregoeiro via chat. Documentação qual será requisitada apenas daqueles que sagraram-se vencedores na etapa de lances.

8.18 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

8.19 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.20 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.21 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):



PAPANDUVA

GOVERNO DO MUNICÍPIO

8.21.1 complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.21.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.22 Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.23 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto anteriormente.

8.24 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.25 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).

8.26 Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8.27 Relação de documentos:

8.27.1 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, com a comprovação da publicação na imprensa da ata arquivada, bem como das respectivas alterações, caso existam;

8.27.2 Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

8.27.3 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.27.4 Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais, à Dívida Ativa da União e às contribuições previdenciárias e de terceiros;

8.27.5 Certidão Negativa de Débitos Estaduais, da sede do proponente;

8.27.6 Certidão Negativa de Débitos Municipais, da sede do proponente;

8.27.7 Certificado de Regularidade do FGTS;

8.27.8 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, conforme Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011;

8.27.9 Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

8.27.10 Balanço Patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis;



PAPANDUVA

GOVERNO DO MUNICÍPIO

8.27.10.1 As empresas que adotam o Livro Diário, na forma física, deverão apresentar os Balanços Patrimoniais e demonstrações contábeis dos últimos 2 (dois) exercícios extraídos dos próprios Livros Diários, acompanhados dos respectivos termos de abertura e encerramento do mesmo, contendo a assinatura do contador e do titular ou representante legal da empresa e ainda, registrado ou o requerimento de autenticação na Junta Comercial ou registrado no Cartório de Registro;

8.27.10.2 As empresas que adotam o SPED (Sistema Público Escrituração Digital) deverão apresentar Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis dos últimos 2 (dois) exercícios sociais, extraídos do próprio sistema digital (SPED), acompanhados dos respectivos termos de abertura e encerramento do mesmo e termo de autenticação ou recibos de entrega de escrituração contábil digital (conforme Decreto Federal nº 8.683/16), preferencialmente vistados em todas as páginas pelo representante legal da empresa;

8.27.10.3 Os Balanços Patrimoniais referentes aos últimos exercícios sociais serão aceitos somente até 30 de abril do ano subsequente;

8.27.11 Capital Social ou patrimônio líquido, de no mínimo, 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

8.27.11.1 Em caso de participação como Consórcio, deverá ser acrescido 10% (dez por cento) sobre o valor exigido para a habilitação econômico-financeira neste edital, conforme disposto no artigo 15, parágrafo 1º da Lei 14.133/2021.

8.27.11.1.1 O acréscimo previsto no subitem anterior não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei.

DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

9.1 - A adjudicação e a homologação será realizada pela autoridade competente.

DO SISTEMA DE CONTRATAÇÃO

REGISTRO DE PREÇOS

10.1 - O Sistema de Registro de Preços (SRP) é um conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e/ou aquisição de materiais, para contratações futuras da Administração Pública.

10.2 - A Ata de Registro de Preços (ARP) é um documento vinculativo, obrigacional com as condições de compromisso para a futura contratação, inclusive com preços, especificações técnicas, fornecedores e órgãos participantes, conforme as disposições contidas neste instrumento convocatório e nas respectivas propostas



PAPANDUVA

GOVERNO DO MUNICÍPIO

aduzidas.

10.3 - Órgão Gerenciador é o órgão ou entidade da Administração Pública responsável pela condução do conjunto de procedimentos do presente certame licitatório, bem como pelo gerenciamento da futura Ata de Registro de Preços.

10.4 - Órgão Participante é todo órgão ou entidade da Administração Pública que participa da presente licitação para Registro de Preços, bem como integre a futura Ata de Registro de Preços.

10.5 - O Órgão Gerenciador do presente SRP será a Secretaria de Infraestrutura, através da Unidade de Contratos da Administração Municipal.

10.6 - A existência de Registro de Preços não obriga a Administração Municipal a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de procedimento específico para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de contratação em igualdade de condições.

10.7 - Homologado o resultado da licitação, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, serão convocados os interessados para assinatura eletrônica da Ata de Registro de Preços, que deverá ocorrer no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados da sua disponibilização via e-mail.

10.7.1 - O(s) representante(s) legal(is) do(s) vencedor(es) receberá(ão) um e-mail no endereço cadastrado informando a disponibilização do documento para assinatura eletrônica.

10.8 - A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Gerenciador, por intermédio de instrumento contratual.

FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.9 - Homologada a licitação, será formalizada a Ata de Registro de Preços, documento vinculativo obrigacional, com características de compromisso para a futura contratação, com o fornecedor primeiro classificado e, se for o caso, com os demais classificados, obedecendo à ordem de classificação e aos preços propostos.

10.10 - No caso do fornecedor primeiro classificado, após convocado não comparecer ou se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços e o Contrato, sem prejuízo das cominações a ele previstas neste Edital, o Município de Joinville convocará os demais proponentes, na ordem de classificação.

VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.11 - A Ata de Registro de Preços terá vigência de 1 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, podendo ser prorrogado por igual período, desde que demonstrado o preço vantajoso.

ALTERAÇÕES NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.12 - O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no



PAPANDUVA

GOVERNO DO MUNICÍPIO

mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bem registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

10.13 - Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:

- a) convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; c) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

10.14 - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

- a) liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, se a comunicação ocorrer antes do pedido.
- b) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

10.15 - A alteração da Ata de Registro de Preços dependerá em qualquer caso da comprovação das condições de habilitação atualizadas do fornecedor convocado.

10.16 - Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

10.17 - O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) presentes razões de interesse público.

10.18 - O cancelamento de registro, nas hipóteses acima previstas, assegurados o contraditório e ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

10.19 - O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu Registro de Preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

CONTRATAÇÃO

10.20 - A contratação do(s) proponente(s) vencedor(es) do presente Pregão será representada pela



PAPANDUVA

GOVERNO DO MUNICÍPIO

expedição do Termo de Contrato, da qual constará, no mínimo, identificação da licitação, especificações resumidas do serviço licitado, quantitativo, preço unitário e total, fornecedor, local e prazo para execução dos serviços conforme solicitação do Contratante.

10.21 - Convocação para assinatura eletrônica do contrato:

10.21.1 - Homologado o resultado da licitação, os vencedores serão convocados para assinatura eletrônica do contrato, que deverá ocorrer no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados da sua disponibilização.

10.21.2 - O(s) representante(s) legal(is) do(s) vencedor(s) receberá(ão) um e-mail no endereço cadastrado informando a disponibilização do documento para assinatura eletrônica.

10.21.3 - É de responsabilidade exclusiva do usuário a consulta acerca da disponibilização do documento para assinatura no seu ambiente virtual (e-mail).

10.22 - Se o vencedor não apresentar situação de habilitação regular ou, dentro do prazo de validade de sua proposta, se recusar a assinar o contrato, poderá ser convocado outro proponente. Neste caso, será observada a ordem de classificação, averiguada a aceitabilidade de sua oferta, procedendo à sua habilitação e, sucessivamente, até a apuração de um que atenda ao Edital que será declarado o vencedor do certame, podendo o Pregoeiro negociar diretamente com o proponente para que seja obtido melhor preço.

10.22.1 - Se o vencedor se recusar a assinar o contrato no prazo estabelecido, apresentar justificativa por escrito não aceita pela Administração ou deixar de fazê-lo, além de decair do direito, sujeitar-se-á das sanções previstas neste Edital.

10.23 - Para assinatura eletrônica do contrato o vencedor deverá apresentar:

10.23.1 - Certidões atualizadas de regularidade fiscal junto aos seguintes órgãos: Fazenda Federal (conjunta com a contribuição previdenciária), Fazenda Estadual, Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do proponente e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, em atendimento ao art. 92, inciso XVI, da Lei nº 14.133/21 e a Certidão de Negativas Débitos Trabalhistas, conforme Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011.

10.23.2 - Procuração pública ou particular, com poderes específicos para representar o interessado, caso a assinatura do termo contratual seja realizada por um procurador designado pelo proponente.

DOS PRAZOS E DA FORMA DE EXECUÇÃO DO OBJETO

11.1 - A vigência dos futuros contratos estará adstrita ao tempo necessário à execução, ao pagamento do objeto licitado e à disponibilidade de créditos orçamentários, sendo estabelecida no termo contratual.

11.2 - Os serviços iniciarão a partir da data estipulada no documento - Autorização de Fornecimento e em conformidade com a demanda definida pela Administração Municipal.



PAPANDUVA

GOVERNO DO MUNICÍPIO

11.3 – A ordem de serviço será expedida pela Secretaria Gestora do Contrato, de forma imediata a partir da data da assinatura do contrato.

11.4 - Os preços inicialmente contratados somente poderão ser reajustados após o prazo de um ano, contado da data base do orçamento estimado.

11.5 - Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação do índice INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

11.6 - Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

11.7 - Para fins de contagem dos prazos previstos será considerado como data de assinatura do contrato a data da última assinatura (dia/mês/ano) dos signatários referenciados no preâmbulo do referido instrumento.

DA GESTÃO DO CONTRATO

12.1 - A gestão do contrato será realizada pela Sra. Maria Odawara, tendo como fiscais:

Unidade Escolar	Diretora/Responsável
E.M Pratinha	Marcia Saskoski
E.M Francisco Haas	Rubia Gutz de Matos
E.M Tereza Ciupka Werka	Elizabeth G Machado
E.M Rubens A. Jazar	Denise de Paula
E.M Walmir L. Senna	Eliane Ulbrich
E.M Maria Avelina Furtado	Marli Kieski
P.E Cantinho da Alegria	Edenilson Padilha
CEI Tio Luiz	Juvita Hlenka
CEI Tio Luiz Extensão	Juvita Hlenka
CEI Sonho Encantado	Luciane P. B.Tabalipa
CEI Sonho Encantado - Extensão	Luciane P. B.Tabalipa
CEI Vó Elidia G. Mikalovicz	Eliane Padilha
E.M Floresta	Joelma A. G. De Lima

Quais serão responsáveis pelo recebimento e fiscalização do objeto licitado, devendo ser observado o disposto o disposto no art. 117 da Lei nº 14.133/21, podendo ser auxiliado se for necessário.

DO PAGAMENTO

13.1 - O pagamento será efetivado de acordo com a(s) proposta(s) de preços apresentada(s) pelo(s) vencedor(s) da licitação, observado o que consta neste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à forma e condições de pagamento.



PAPANDUVA

GOVERNO DO MUNICÍPIO

13.1.1 - O CONTRATANTE responsabilizar-se-á pelo pagamento resultantes de modificações contratuais sempre que devidamente autorizados pela Secretaria Gestora do Contrato, observados os limites do art. 125 da Lei nº 14.133/21.

13.1.2 - O pagamento será conforme as medições realizadas de acordo com os prazos/cronograma propostos, após recebimento provisório e definitivo do atendimento das especificações do objeto.

13.2 - O pagamento será efetivado mediante apresentação da nota fiscal/fatura que deverá ser emitida em nome do CONTRATANTE, da qual deverá constar o número desta licitação, empenho e das negativas fiscais regularizadas (Federal (conjunta com a previdenciária), Estadual, Municipal, FGTS e a Certidão de Negativa de Débitos Trabalhistas), conforme Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011.

13.3 - As retenções tributárias serão aplicadas de acordo com as legislações federais, estaduais e municipais vigentes.

13.4 - O pagamento da Nota Fiscal será efetuado em até 30 (trinta) dias após o aceite da medição/produto.

13.5 - Em caso de atraso dos pagamentos por culpa exclusiva da Administração, será aplicado como índice de atualização monetária o INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor.

DO RECEBIMENTO

14.1 – Os produtos serão recebidos:

- a) Provisoriamente, em até 48 (quarenta e oito) horas, a partir do comunicado oficial da conclusão da etapa, possibilitando ao Município, realizar conferência;
- b) A partir da emissão dos documentos de recebimento provisório, respeitando prazo máximo de até 48 (quarenta e oito) horas, a CONTRATANTE realizará o recebimento definitivo, que ocorrerá somente se atestada plenamente a conformidade das quantidades e especificações do presente termo de referência;
- c) Na hipótese de verificação a que se refere o subitem 14.1, "b" não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;
- d) O recebimento provisório ou definitivo dos itens não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução da futura contratação;
- e) Se a CONTRATANTE constatar, tanto no recebimento provisório como no definitivo, que os itens não correspondem ao exigido no presente Termo de Referência, ou estão em quantidade diversa da solicitada, a CONTRATADA deverá providenciar de forma imediata, a substituição/reposição visando ao atendimento total das especificações, sem prejuízo da incidência das sanções previstas na contratação, no Edital, na Lei nº. 14.133/2021 e alterações posteriores e no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº. 8.078/90).



PAPANDUVA

GOVERNO DO MUNICÍPIO

DOS RECURSOS

15.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

15.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

15.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

15.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

15.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

15.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

15.3.4 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

15.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

15.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

15.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

15.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

15.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

15.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

15.10 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico municipal www.papanduva.sc.gov.br, bem como no plataforma www.portaldecompraspublicas.com.br e Portal da Transparência.

DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

16.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

16.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

16.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em



PAPANDUVA

GOVERNO DO MUNICÍPIO

especial quando:

- 16.2.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 16.2.2 recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 16.2.3 pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 16.2.4 deixar de apresentar amostra, quando for o caso;
- 16.2.5 apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 16.2.6 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 16.2.7 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 16.2.8 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- 16.2.9 fraudar a licitação;
- 16.2.10 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 16.2.10.1 agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 16.2.10.2 induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 16.2.10.3 apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
 - 16.2.10.4 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
 - 16.2.10.5 praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

16.3 Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- 16.3.1 advertência;
- 16.3.2 multa;
- 16.3.3 impedimento de licitar e contratar; e
- 16.3.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

16.4 Na aplicação das sanções serão considerados:

- 16.4.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 16.4.2 as peculiaridades do caso concreto;
- 16.4.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 16.4.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 16.4.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e



PAPANDUVA

GOVERNO DO MUNICÍPIO

orientações dos órgãos de controle;

16.5 A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado.

16.6 Para as infrações previstas nos itens 16.1.1 e 16.2.6, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

16.7 Para as infrações previstas nos itens 16.2.8, 16.2.9, 16.2.10, 16.2.10.4 e 16.2.10.5, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

16.8 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

16.9 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

16.10 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 16.1.1 e 16.2.6, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

16.11 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas itens 16.2.8, 16.2.9, 16.2.10, 16.2.10.4 e 16.2.10.5, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 16.1.1 e 16.2.6 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

16.12 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 06, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

16.13 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.



PAPANDUVA

GOVERNO DO MUNICÍPIO

16.14 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

16.15 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

16.16 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

16.17 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

17.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

17.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

17.3 A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: Preferencialmente através da Plataforma eletrônica utilizada ou caso não seja possível cadastrar na plataforma, via e-mail institucional do setor – licitacao@papanduva.sc.gov.br

17.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

17.5 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

17.6 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.



PAPANDUVA

GOVERNO DO MUNICÍPIO

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 18.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 18.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 18.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 18.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 18.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 18.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 18.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 18.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 18.9 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 18.10 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Portal de Compras Públicas, www.portaldecompraspublicas.com.br ou ainda www.papanduva.sc.gov.br.

Papanduva/SC, 29 de Outubro de 2024.

Jeferson Chupel
Prefeito Municipal



PAPANDUVA

GOVERNO DO MUNICÍPIO

DOS ITENS

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Valor Unit.	Total
1	500,00	Unid	Açúcar branco refinado com registro nos órgãos competentes – embalagem própria resistente com 05kg – prazo de validade mínimo após a entrega: 10 meses	R\$ 22,74	R\$ 11.370,00
2	2,00	Unid	Adoçante dietético líquido a base de stévia – com registro nos órgãos competentes - Prazo de validade mínimo: 4 meses	R\$ 16,41	R\$ 32,82
3	450,00	Unid	Amido de milho – embalagem com 0,500kg – validade mínima após a entrega: 06 meses	R\$ 6,71	R\$ 3.019,50
4	800,00	Unid	Arroz parboilizado tipo 1 com registro nos órgãos competentes – acondicionado em embalagem própria resistente contendo 05kg - Prazo de validade mínimo após a entrega: 11 meses	R\$ 30,76	R\$ 24.608,00
5	400,00	Unid	Arroz branco tipo 01 com identificação do fabricante – embal 05kg – Validade mínima após a entrega: 05 meses	R\$ 37,25	R\$ 14.900,00
6	10,00	Unid	Bebida a base de soja isento de lactose tipo tradicional – embal <i>tetra pak</i> de 01 litro (para crianças com intolerância a lactose) Validade mínima: 2 meses	R\$ 9,86	R\$ 98,60
7	400,00	Unid	Biscoito doce tipo de leite para consumo de crianças de 06 meses a 03 anos de idade com registro nos órgãos competentes – embalagem 0,400kg – Validade mínima após a entrega: 03 meses.	R\$ 6,24	R\$ 2.496,00
8	10,00	Unid	Biscoito doce tipo de maisena sem lactose na sua composição, embalagem contendo 0,740kg	R\$ 8,82	R\$ 88,20
9	100,00	Unid	Cravo da Índia 0,010kg	R\$ 2,42	R\$ 242,00
10	100,00	Unid	Canela em rama 0,010kg	R\$ 5,13	R\$ 513,00
11	100,00	Unid	Canela em pó 0,025 kg	R\$ 4,24	R\$ 424,00
12	300,00	Unid	Chocolate em pó 50% cacau – Mistura para preparo de chocolate em pó, formulado a partir de matérias primas selecionadas: cacau em pó, açúcar e vitaminas.	R\$ 31,13	R\$ 9.339,00



PAPANDUVA

GOVERNO DO MUNICÍPIO

13	1.000,00	Unid	Creme de leite (Nata) pasteurizado com registro SIF- resfriado pote com 0,300kg – validade mínima: 15 dias.	R\$	12,66	R\$	12.660,00
14	20,00	Unid	Creme de leite UHT zero lactose Embalagem cartonada de 200gramas Validade mínima 60 dias	R\$	4,89	R\$	97,80
15	500,00	Unid	Erva para chá mate – produto fabricado a partir das folhas e talos da erva mate (ilex paraguaienses) embal 0,500 kg – Validade mínima após a entrega: 08 meses.	R\$	10,58	R\$	5.290,00
16	500,00	Unid	Extrato de tomate simples concentrado - lata contendo 0,850kg – validade mínima após a entrega 10 meses	R\$	13,10	R\$	6.550,00
17	300,00	Unid	Extrato de tomate simples concentrado - lata contendo 0,350kg	R\$	5,62	R\$	1.686,00
18	50,00	Unid	Farinha de mandioca branca – embalagem com 01kg com identificação da indústria – Validade mínima 02 meses	R\$	7,07	R\$	353,50
19	700,00	Unid	Farinha de milho tipo beiju – embalagem com 01kg – Validade mínima após a entrega: 05 meses	R\$	7,43	R\$	5.201,00
20	600,00	Unid	Farinha de trigo especial tipo 1 enriquecido com ferro e ácido fólico com registro nos órgãos competentes O produto deve apresentar cor branca e produzir massa de consistência adequada as preparações - Embalagem com 05 kg – Validade mínima 04 meses	R\$	19,70	R\$	11.820,00
21	300,00	Unid	Farinha de trigo integral – embalagem de 01 kg com identificação da indústria – Validade mínima 02 meses	R\$	6,73	R\$	2.019,00
22	400,00	Unid	Farinha de centeio – embalagem com 01kg com identificação da indústria. Validade mínima na entrega: 60 dias	R\$	7,21	R\$	2.884,00
23	600,00	Unid	Farinha de aveia ou em flocos finos – embalagem caixa 0,170 a 0,250kg com identificação da indústria – Validade mínima 03 meses	R\$	4,42	R\$	2.652,00
24	600,00	Unid	Fermento biológico embalagem a vácuo com 0,100kg a 0,125kg - Validade mínima: 10 meses	R\$	10,00	R\$	6.000,00



PAPANDUVA

GOVERNO DO MUNICÍPIO

25	1.000,00	Unid	Feijão preto tipo 01 classe 01- embalagem de 01kg com identificação da indústria – tempo de cozimento de 30 minutos em panela de pressão – Validade mínima: 04 meses	R\$	7,96	R\$	7.960,00
26	500,00	Unid	Fermento em pó químico embalagem com 0,100kg – Deve apresentar bom crescimento da preparação Validade mínima: 05 meses	R\$	3,65	R\$	1.825,00
27	300,00	Unid	Formula infantil de partida (fase 01) para alimentação de crianças de 00 meses a 06 meses de idade com registro nos órgãos competentes – Embalagem 0,800kg - Validade mínima 04 meses	R\$	64,55	R\$	19.365,00
28	400,00	Unid	Formula infantil de seguimento (fase 02) para alimentação de crianças de 06 meses a 12 meses de idade com registro nos órgãos competentes – Embalagem 0,800kg - Validade mínima 04 meses	R\$	65,45	R\$	26.180,00
29	18,00	Unid	Formula infantil com proteínas lácteas extensamente hidrolisada com vitaminas, minerais e DHA e Nucleotídeos para necessidades dietoterápicas específicas de restrição a proteínas lácteas de crianças lactentes até os 36 meses. Embalagem 0,400kg - Validade mínima 04 meses	R\$	104,41	R\$	1.879,38
30	900,00	Unid	Fubá fino de milho amarelo enriquecido com ferro e ácido fólico - embalagem com 01kg – Validade mínima 04 meses.	R\$	4,96	R\$	4.464,00
31	9.000,00	L	Leite de vaca integral Uht com registro SIF - embalagem cartonada de 01 litro - Validade mínima 03 meses.	R\$	4,95	R\$	44.550,00
32	200,00	Unid	Lentilha classe graúda tipo 1 – embalagem 0,500kg com identificação da indústria – Validade mínima 03 meses.	R\$	10,04	R\$	2.008,00
33	900,00	Unid	Macarrão de sêmola tipo espaguete com registro nos órgãos competentes - embalagem com 01kg – Validade mínima: 05 meses	R\$	7,56	R\$	6.804,00
34	500,00	Unid	Macarrão de sêmola tipo alfabeto (letrinha) com registro nos órgãos competentes embalagem 0,500kg – Validade mínima: 03 meses	R\$	5,67	R\$	2.835,00



PAPANDUVA

GOVERNO DO MUNICÍPIO

35	1.500,00	Unid	Macarrão de sêmola tipo parafuso com registro nos órgãos competentes - Embalagem de 0,500 kg - Validade mínima: 05 meses	R\$	4,79	R\$	7.185,00
36	700,00	Unid	Macarrão tipo ninho com registro nos órgãos competentes - embalagem de 1kg - Validade mínima 05 meses	R\$	10,89	R\$	7.623,00
37	400,00	Unid	Margarina com sal 70% de lipídios com registro nos órgãos competentes - embalagem com 0,500kg - Validade mínima 04 meses	R\$	7,61	R\$	3.044,00
38	1.500,00	Unid	Óleo de soja refinado com registro nos órgãos competentes - frascos padronizados lacrados com 900ml - Validade mínima: 08 meses.	R\$	7,10	R\$	10.650,00
39	900,00	Unid	Quirerinha de milho amarelo alimento fabricado a partir do milho, sem sujidades e substâncias estranhas com registro nos órgãos competentes - embalagem com 01 kg - Validade mínima: 05 meses.	R\$	5,05	R\$	4.545,00
40	500,00	Unid	Polvilho doce , tipo 01, derivado de raiz de mandioca, embal 0,500kg	R\$	6,05	R\$	3.025,00
41	500,00	Unid	Polvilho azedo , tipo 01, derivado de raiz de mandioca, embal 0,500kg	R\$	6,92	R\$	3.460,00
42	300,00	Unid	Queijo parmesão ralado grosso sachê de 0,050g	R\$	6,65	R\$	1.995,00
43	40,00	Unid	Rosquinha de polvilho , produzido com polvilho, fécula de mandioca, assado, sem glúten, sem lactose, sabor tradicional. Embal 0,080 a 0,100kg	R\$	6,52	R\$	260,80
44	800,00	Unid	Sagu - produto amiláceo obtido da raiz da mandioca. Embal. 0,500kg	R\$	7,08	R\$	5.664,00
45	900,00	Unid	Sal refinado iodado com registro nos órgãos competentes - embalagem com 01kg - Validade mínima: 10 meses	R\$	2,38	R\$	2.142,00
46	600,00	Unid	Trigo para "kibe" embalagem 0,500kg com identificação da indústria - Validade mínima: 03 meses	R\$	4,68	R\$	2.808,00
47	150,00	Unid	Vinagre de álcool - embalagem padronizada lacrada de 900ml - Validade mínima 12 meses	R\$	2,72	R\$	408,00



PAPANDUVA

GOVERNO DO MUNICÍPIO

48	600,00	Kg	Abacaxi in natura – A fruta deve ser entregue em perfeito estado sem manchas ou estado avançado de maturação com peso afixado.	R\$ 11,23	R\$ 6.738,00
49	80,00	kg	Alho in natura cabeça – cabeças inteiras – embaladas adequadamente com peso afixado na embalagem.	R\$ 35,41	R\$ 2.832,80
50	8.000,00	Kg	Banana caturra in natura em pencas madura e verde no ato da entrega a fruta deve estar em perfeito estado madura ou verde conforme solicitado, estar acondicionada em caixas próprias em material plástico devidamente limpas com peso afixado.	R\$ 5,38	R\$ 43.040,00
51	400,00	kg	Banha Suína Refrigerada – embalagens tipo balde em material plástico com tampa hermeticamente fechada com 01 kg de tecido adiposo de suíno características próprias com registro nos órgãos competentes - Validade mínima após a entrega: 03 meses	R\$ 20,98	R\$ 8.392,00
52	1.500,00	kg	Batata inglesa a granel em perfeito estado para consumo sem sinais de brotos, brocas ou podridão em tamanho médio padronizado.	R\$ 7,73	R\$ 11.595,00
53	500,00	kg	Beterraba a granel em perfeito estado para consumo sem sinais de brotos, brocas ou podridão em tamanho médio padronizado.	R\$ 7,18	R\$ 3.590,00
54	5.000,00	kg	Carne de ave sobrecoxa congelada sem tempero, sem dorso. O produto deve ser sem sambiquira ou resquícios de osso de dorso, deve apresentar cor rosada, estar congelada até -12°C, em embalagens de material atóxico, intacto, com rótulo ou etiqueta que identifique: categoria do produto, prazo de validade carimbo do SIF (Serviço de Inspeção Federal) e SIE (Serviço de Inspeção Estadual). Embalagem 1 kg do produto - Validade mínima após a entrega: 5 meses	R\$ 13,77	R\$ 68.850,00



PAPANDUVA

GOVERNO DO MUNICÍPIO

55	3.500,00	kg	Carne suína corte paleta em cubos sem osso sem pele, excesso de gorduras aponevroses, congelada – O produto deve ser entregue em perfeitas condições em embalagens fechadas identificadas seladas pela indústria com prazo de validade e certificação SIF/SIE ou SIM. Para o Serviço de Inspeção Municipal (SIM) deve - se respeitar a <i>Lei 1769, de 02 de abril de 2007 de acordo com o Artigo 3º Parágrafo 2º.</i> – Validade mínima 03 meses.	R\$	17,20	R\$	60.200,00
56	3.000,00	Kg	Carne bovina corte Acém sem osso em cubos Embalagem com 01 kg e abatidos sob inspeção veterinária. Deve ser limpa e isenta de tecidos inferiores como ossos, nervos, tendões, pele sebo e aponevroses homogeneizada, percentual de gordura em torno de 4,5% conforme a TACO – Tabela Brasileira de Composição de Alimentos, Ausência de hematomas, fibrose, reações de vacinas e resíduo de tinta de carimbo. Apresentar cor e cheiro característicos carne bovina saudável. Embalada em pacotes de 0,500kg a 01kg congelada, identificada com peso, procedência, data de envasamento validade e Inspeção Sanitária SIE SIF ou Serviço de Inspeção Municipal (SIM) da marca ou fabricante.	R\$	23,39	R\$	70.170,00
57	2.500,00	kg	Corte de frango peito congelado sem osso com registro nos órgãos competentes SIF/SIE OU SIM – embalagem de 01 kg selados pela indústria - Validade mínima: 05 meses	R\$	16,05	R\$	40.125,00
58	500,00	kg	Cebola em cabeça a granel em perfeitas condições sem brotos ou sinais de deterioração entregues em embalagens próprias com peso afixado.	R\$	6,10	R\$	3.050,00
59	1.500,00	kg	Cenoura tamanho médio padronizado a granel em perfeitas condições entregues em embalagem própria com peso afixado.	R\$	5,00	R\$	7.500,00



PAPANDUVA

GOVERNO DO MUNICÍPIO

60	4.000,00	Unid	Iogurte sabor morango embalagem 900 a 1000ml – produto composto de leite semidesnatado, açúcar polpa de fruta, ácido láctico, fermento lácteo conservante sorbato de potássio. Embalagem tipo sachê contendo 900 a 1000ml com identificação do produto e registro nos órgãos competentes - Validade mínima após a entrega -10 dias	R\$	9,70	R\$	38.800,00
61	300,00	Unid	Iogurte integral zero lactose- sabor morango. Copo plástico, mínimo 140gramas	R\$	4,60	R\$	1.380,00
62	5.000,00	kg	Laranja variedade pera in natura em perfeito estado embalagens com peso afixado conforme solicitação	R\$	6,05	R\$	30.250,00
63	3.000,00	kg	Maçã in natura variedade argentina em perfeitas condições sem sinais de deterioração ou batido embalagens com peso afixado.	R\$	15,80	R\$	47.400,00
64	6.000,00	kg	Maçã in natura tipo gala ou fuji tamanho médio padronizado em perfeito estado entregues em caixas própria do produto com peso afixado.	R\$	12,70	R\$	76.200,00
65	3.000,00	kg	Mamão in natura tipo formosa em perfeito estado de maturação embalado individualmente sem sinais de podridão ou amassados com peso afixado na embalagem.	R\$	8,16	R\$	24.480,00
66	1.500,00	kg	Mamão in natura tipo hawai perfeito estado de maturação embalado individualmente sem sinais de podridão ou amassados – unidades pesando em torno de 1,4kg com peso afixado	R\$	13,05	R\$	19.575,00
67	3.500,00	Dz	Ovos vermelhos de galinha embalagens próprias com 12 unidades em perfeito estado sem rachaduras de tamanho médio uniforme – Validade mínima 15 dias	R\$	11,40	R\$	39.900,00
68	3.000,00	Kg	Tomate in natura a granel em perfeito estado de maturação com peso afixado na embalagem	R\$	6,72	R\$	20.160,00
69	300,00	Unid	Tempero louro em folhas desidratadas – embalagem 0,005kg	R\$	4,11	R\$	1.233,00
70	400,00	Unid	Açafrão da terra em pó – produto puro extraído da raiz cúrcuma ou açafrão da terra – embalagem de 0,020kg	R\$	4,30	R\$	1.720,00



PAPANDUVA

GOVERNO DO MUNICÍPIO

71	250,00	Unid	Azeite de oliva extra virgem acidez máxima de 0,8% Embalagem de vidro de 0,500ml	R\$	45,13	R\$	11.282,50
72	800,00	Unid	Manteiga com sal – produto gorduroso obtido exclusivamente a partir do leite de vaca. Não deverá conter: gordura vegetal hidrogenada, corantes e aromatizantes artificiais. Embalagem 0,200kg	R\$	13,78	R\$	11.024,00
73	26,00	Unid	Noz moscada – Embalagem com 02 unidades	R\$	5,98	R\$	155,48
74	300,00	Unid	Orégano desidratado (seco) Embalagem 0,010kg	R\$	2,96	R\$	888,00
75	1.000,00	Kg	Abóbora variedade cabotia - em perfeito estado para consumo sem sinais de podridão ou cortes.	R\$	5,80	R\$	5.800,00
76	5.000,00	Kg	Manga em perfeito estado de maturação embalada individualmente sem sinais de podridão ou amassados	R\$	8,70	R\$	43.500,00
77	50,00	Unid	Essência de Baunilha – embalagem 30ml	R\$	4,60	R\$	230,00
78	3.500,00	kg	Melancia de polpa vermelha – fruto fresco em perfeito estado íntegro sem sinais de podridão - Entrega nos períodos de safra	R\$	3,58	R\$	12.530,00
79	2.000,00	kg	Pera importada (argentina) fruta em perfeito estado íntegro sem sinais de podridão.	R\$	12,00	R\$	24.000,00
80	200,00	Unid	Cacau em pó 100% - sem adição de açúcares ou aditivos - embalagem de 200g	R\$	18,80	R\$	3.760,00
81	50,00	Unid	Pão de forma zero glúten e lactose – para dietas de pessoas com restrição a glúten e lactose.	R\$	25,00	R\$	1.250,00
82	1.000,00	kg	Repolho verde – fresco em perfeito estado	R\$	4,39	R\$	4.390,00
83	500,00	Unid	Iogurte integral natural – embalagem 0,170kg Leite pasteurizado integral ou reconstituído integral e fermento lácteo.	R\$	3,45	R\$	1.725,00



PAPANDUVA

GOVERNO DO MUNICÍPIO

84	3.000,00	kg	Carne bovina moída de dianteiro proveniente de bovino sadio abatido sob inspeção veterinária. Deve ser limpa e isenta de tecidos inferiores como ossos, nervos, tendões, pele sebo e aponevroses homogeneizada, com cor e odor característicos do produto. Percentual de gordura em torno de 4,5% conforme a TACO – Tabela Brasileira de Composição de Alimentos. Ausência de hematomas, fibrose, reações de vacinas e resíduo de tinta de carimbo. Embalada em pacotes de 0,500kg a 01kg congelada identificada com peso, procedência, data de envasamento validade e Inspeção Sanitária SIE SIF ou Serviço de Inspeção Municipal (SIM) da marca ou fabricante.	R\$	30,86	R\$	92.580,00
85	300,00	Unid	Leite de vaca em pó integral zero lactose instantâneo para dietas com restrição a lactose – 330 a 380 gramas: Ingredientes: Leite fluido integral sem adição de açúcares. Com registro SIF e todas as informações nutricionais e número de lote. Validade mínima 03 meses	R\$	23,95	R\$	7.185,00
86	18,00	Unid	Fórmula Infantil zero lactose enriquecido com ácidos graxos essenciais, DHA e ARA minerais e vitaminas para lactentes e crianças de primeira infância (0 a 12 meses) para necessidades dietoterápicas específicas com restrição de lactose.	R\$	60,49	R\$	1.088,82
87	200,00	Unid	Milho para pipoca embal 0,400gramas	R\$	4,98	R\$	996,00
88	600,00	kg	Brócolis fresco em perfeitas condições para consumo	R\$	20,93	R\$	12.558,00
89	600,00	kg	Couve Flor fresca em perfeitas condições para consumo	R\$	16,45	R\$	9.870,00
90	800,00	kg	Batata doce rosa ou branca sem sinais de podridão em perfeitas condições para consumo	R\$	5,90	R\$	4.720,00
91	20,00	Unid	Bebida vegetal de castanha ou amendoas embal cartonada 1 litro	R\$	24,50	R\$	490,00
92	20,00	Unid	Macarrão parafuso zero glúten e leite feito a base de farinha de arroz 0,500kg	R\$	8,00	R\$	160,00
93	400,00	kg	Acelga cabeças em perfeitas condições para consumo	R\$	6,57	R\$	2.628,00



PAPANDUVA

GOVERNO DO MUNICÍPIO

94	800,00	kg	Abobrinha verde tamanho médio em perfeitas condições para consumo	R\$	6,95	R\$	5.560,00
95	500,00	Unid	Queijo mussarela tradicional fatiado embalagem 0,300kg rotulado com todas as informações de acordo com a legislação.	R\$	18,50	R\$	9.250,00
96	300,00	Unid	Alfavaca desidratada Tempero 5 gramas	R\$	6,04	R\$	1.812,00
97	500,00	Unid	Leite de vaca integral em pó embalagem de 0,400kg	R\$	17,25	R\$	8.625,00
98	400,00	Unid	Leite de coco embalagem 200ml	R\$	7,50	R\$	3.000,00
99	400,00	Unid	Amendoim descascado vermelho cru embalagem 0,400kg	R\$	10,60	R\$	4.240,00
100	2.000,00	Unid	Creme vegetal com sal feito somente com ingredientes vegetais livre de gordura trans e ingredientes de origem animal-embal 0,500kg	R\$	8,63	R\$	17.260,00
101	200,00	Unid	Milho verde em conserva sem adição de sal e açúcar embalagem sache contendo 1,7kg a 2kg drenado	R\$	57,97	R\$	11.594,00
TOTAL GERAL				R\$		R\$	1.236.357,20

TERMO DE REFERÊNCIA

Do Objeto

A presente tem por objetivo a Aquisição de Gêneros Alimentícios, para o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE atendimento aos alunos matriculados nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino sendo Centros de Educação Infantil e Escolas de Ensino Fundamental e AEE conforme cardápios e festividades pedagógicas durante o ano letivo de 2025.

Da Justificativa

Conforme Lei 11.947 de 16 junho de 2009, referente ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, os Gêneros Alimentícios destinam-se a suprir as Necessidades Nutricionais dos alunos regularmente Matriculadas nas Unidades Educacionais da Rede Municipal de Ensino do Município de Papanduva-SC, conforme recomendações e cardápios.



PAPANDUVA

GOVERNO DO MUNICÍPIO

Dos Preços

Os preços foram auferidos com base em cotações de valores dos itens praticados atualmente neste Ente Público em outros Entes Públicos, Mercado Local e Internet.

Da Execução

Prazo de Execução: “Imediata”

É preciso amostra: “SIM: DOS ITENS: 01, 12, 13, 20, 25, 26, 38, 52, 56, 57, 61, 85 e 100”.

Amostras: Todas as amostras deverão estar acondicionadas em embalagens originais, conter o número de registro do produto no órgão competente do Ministério da Saúde ou da Agricultura, que poderá estar expresso no rótulo do produto, ou através da apresentação do Certificado de Registro. As amostras dos produtos de origem animal, deverão estar acondicionadas em embalagens adequadas a sua conservação (caixa térmica). As amostras deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Educação, no prazo de 48 horas após o encerramento do Certame, para análise após a habilitação. Marcas aprovadas em processo anterior, **mas que apresentaram intercorrências durante a execução do mesmo**, serão automaticamente reprovadas. Marcas aprovadas em processos anteriores e **que atenderam a qualidade durante a execução** serão automaticamente aprovadas.

Todas as amostras serão isentas de custos e permanecerão em poder da Secretaria Municipal de Educação, em hipótese alguma haverá devolução ou pagamento pelas Amostras.

Entregas: O Fornecedor obriga-se a fazer as entregas de todos os Gêneros Alimentícios diretamente nas Unidades Escolares.

Previsão de nove entregas para os gêneros **não perecíveis** nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino Fundamental da **Área Rural**, que deverá ocorrer em 10 (dez dias) a partir da data de solicitação pelo Setor de Alimentação Escolar.

Previsão de entregas mensais para os gêneros não perecíveis nas Unidades Escolares da Área Urbana.

Semanais - para os **Gêneros Perecíveis** nas Unidades Escolares da Área Urbana deverá ocorrer de segunda-feira até quarta-feira conforme necessidade, exceto se estes dias coincidirem em dia de feriado.

Quinzenais - para os **Gêneros Perecíveis** nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino da Área Rural.



PAPANDUVA

GOVERNO DO MUNICÍPIO

Locais de Entregas: Centros de Educação Infantil – CEIS e Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental:

Unidade Escolar	Endereço	Distância em relação Área Urbana
E.M Pratinha	Localidade Rio Pratinha	RURAL 30KM
E.M Francisco Haas	Localidade de Rodeiozinho	RURAL 05KM
E.M Tereza Ciupka Werka	Rua Modesto Hirt 1200 - Horto	URBANA
E.M Rubens A Jazar	R Vereador Otávio Pechebela 1420	URBANA
E.M Walmir L Senna	R Getúlio Vargas 1160 –B. Lagoa Seca	URBANA
E.M Maria Avelina Furtado	R Tenente Ary Rauen – B. Rondinha	URBANA
P.E Cantinho da Alegria	R Sergio Glevinski 445- Centro	URBANA
CEI Tio Luiz	R Sete de Setembro 105 - S. Cristovão	URBANA
CEI Tio Luiz Extensão	R Ernesto Greinert 836 – S Cristovão	URBANA
CEI Sonho Encantado	R Tenente Ary Rauen S/N – B Rondinha	URBANA
CEI Sonho Encantado Extensão	Cohab 01	URBANA
CEI Vó Elidia G Mikalovicz	Rua Coronel Severo de Almeida,907 B São José	URBANA
E.M Floresta	Localidade Floresta – Margens BR 116 KM 65	RURAL 05KM

- Não é permitida troca de itens por outro similar
- Embalagens obrigatoriamente deverão estar de acordo com as unidades de medida/gramatura estabelecidas neste edital.

Todos os gêneros perecíveis deverão apresentar o peso afixado em suas embalagens.

As quantidades a serem entregues serão conforme cronograma definido pela Secretaria de Educação.

Os produtos que não estiverem dentro das especificações exigidas no Edital, exemplo: frutas em estado avançado de amadurecimento, com partes podres, amassadas batidas, muito verdes, não serão recebidos.

Horário das entregas: As entregas deverão ocorrer a partir das 08horas até as 16 horas.

Do veículo para as entregas: Todos os Gêneros Alimentícios deverão ser transportados em veículo próprio para alimentos, tipo furgão e estarem acondicionados em caixas próprias, de forma a manter sua integridade, os produtos de origem animal devem ser transportados em veículo fechado isotérmico refrigerado, conforme Legislação vigente.

Do motorista entregador: O motorista/entregador deve apresentar se com identificação da empresa uniformizado



PAPANDUVA

GOVERNO DO MUNICÍPIO

e aseado. Deverá junto com o recebedor conferir o total de todos os itens conforme cronograma de entrega.

Recebimento: Os colaboradores que efetuam o recebimento dos alimentos são capacitados pela nutricionista do Setor de Alimentação Escolar da Secretaria Municipal de Educação, a qual orienta com relação as quantidades, marcas e qualidades dos produtos e de como devem proceder no caso de divergências relativas a entrega. Os colaboradores que efetuam o recebimento também são orientados sobre como deve ser realizado o certificado das notas, estando os procedimentos também especificados em Procedimento Operacional Padrão (POP), disponível em todas as Unidades Educacionais. A conferência dos alimentos deve ser efetuada utilizando a planilha de entrega e a nota fiscal. Os alimentos em quilo devem obrigatoriamente ser pesados em balança. **Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte** quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, itens não perecíveis e 3 (três) dias itens perecíveis a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades. O carimbo com os dados da Unidade Educacional e do colaborador que efetuar a conferência dos alimentos só deverá estar na nota de entrega no momento que todos os alimentos previstos forem entregues.

Forma de Pagamento: Os pagamentos serão efetuados em 30 dias após a entrega, mediante cronogramas de entregas devidamente datadas e assinadas pelos responsáveis recebedores de cada Unidade Escolar e pelo responsável da pasta.

Fiscalização: A fiscalização ficará a cargo das servidoras responsáveis pelas Unidades Escolares, conforme segue:

Unidade Escolar	Diretora/Responsável	Email
E.M Pratinha	Marcia Saskoski	pratinhapra18@gmail.com
E.M Francisco Haas	Rubia Gutz de Matos	escolafranciscohaas@gmail.com
E.M Tereza Ciupka Werka	Elizabeth G Machado	betimachado2009@hotmail.com
E.M Rubens A Jazar	Denise de Paula	escolarubensjazar@yahoo.com.br
E.M Walmir L Senna	Eliane Ulbrich	eefwalmirsenna@gmail.com
E.M Maria Avelina Furtado	Marli Kieski	mariaavelinafurtado@gmail.com
P.E Cantinho da Alegria	Edenilson Padilha	cantinhodaalegriapva@gmail.com
CEI Tio Luiz	Juvita Hlenka	tioluizcreche@yahoo.com
CEI Tio Luiz Extensão	Juvita Hlenka	tioluizcreche@yahoo.com
CEI Sonho Encantado	Luciane P. B. Tabalipa	sonhoencantadoppv@gmail.com
CEI Sonho Encantado Extensão	Luciane P. B. Tabalipa	sonhoencantadoppv@gmail.com
CEI Vó Elidia G Mikalovicz	Eliane Padilha	ceielidiaveronica@gmail.com
E.M Floresta	Joelma A. G. De Lima	escolafloresta2022@gmail.com



PAPANDUVA

GOVERNO DO MUNICÍPIO

A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021.

✓ Processo dispensado de ETP conforme DECRETO N° 3401 de 16 de janeiro de 2024, art.47.

Referências:

Lei 11.947, de 16/06/2009 Resolução/Ende/CD/ 26/2013. Portaria Conjunta SES/SED/DCSC N° 983/2020

Lei 14.133/2021



PAPANDUVA

GOVERNO DO MUNICÍPIO

ANEXO II

Minuta da Ata de Registro de Preços

VALIDADE: 12 (doze) MESES

O MUNICÍPIO DE PAPANDUVA/SC – por intermédio da Secretaria de Infraestrutura, inscrito no CNPJ nº 83.102.533/0001-01, representado neste ato pelo Sr. **Jeferson Chupel**, Prefeito Municipal, de ora em diante denominado **ÓRGÃO PROMOTOR**, em face das propostas apresentadas e do resultado do julgamento do Pregão Eletrônico nº 008/2024, resolve **REGISTRAR OS PREÇOS** da(s) empresa(s) abaixo qualificada(s), para sendo:

- xxxxxx CNPJ: xxxxxx Endereço: xxxxxx Cidade:xxxxxx Estado: xxxxxx CEP: xx.xxx-xxx Telefone:(xx) xxxxxx-xxxx Email: xxxxxx Representante Legal: xxxxxx CPF: xxx.xxx.xxx-xx;
- xxxxxx CNPJ: xxxxxx Endereço: xxxxxx Cidade:xxxxxx Estado: xxxxxx CEP: xx.xxx-xxx Telefone:(xx) xxxxxx-xxxx Email: xxxxxx Representante Legal: xxxxxx CPF: xxx.xxx.xxx-xx;
- (...)

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - A presente ATA tem por objeto o registro de preços para, quando requerido, conforme descrição abaixo:

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1 - A Ata de Registro de Preços terá vigência de 1 (um) ano, contado a partir do 1º do útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, podendo ser prorrogado por igual período, desde que demonstrado o preço vantajoso.

2.2 - Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Papanduva/SC não será obrigado a contratar o objeto referido na Cláusula Primeira exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, assegurada a preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições, ou, cancelar a Ata na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

2.3 - Os preços inicialmente contratados somente poderão ser reajustados após o prazo de um ano, contado da data base do orçamento estimado.

2.4 - Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação do índice INPC , exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

2.5 - Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

2.6 - Quando a Ata de Registro de Preços for reajustada, a data base para reajuste dos Contratos emitidos após esse reajuste, passará a ser da data base do reajuste da Ata de Registro de Preços.



PAPANDUVA

GOVERNO DO MUNICÍPIO

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PRAZOS E DA FORMA DE EXECUÇÃO DO OBJETO

3.1 - A vigência do contrato será até 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato.

3.2 - A AF será expedida pelas Secretarias Gestoras, de acordo com a necessidade, devendo os produtos serem entregues em no máximo 15 (quinze) dias úteis após o seu recebimento.

3.2 - Para fins de contagem dos prazos previstos será considerado como data de assinatura do contrato a data da última assinatura (dia/mês/ano) dos signatários referenciados no preâmbulo do referido instrumento.

CLÁUSULA QUARTA - CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO

4.1 - A contratação do(s) proponente(s) vencedor(es) do presente Pregão será representada pela expedição do Termo de Contrato, da qual constará, no mínimo, identificação da licitação, especificações resumidas do serviço licitado, quantitativo, preço unitário e total, fornecedor, local e prazo para execução dos serviços conforme solicitação do Município.

4.2 - Convocação para assinatura do Contrato:

4.2.1 - Homologado o resultado da licitação, os vencedores serão convocados para assinatura eletrônica do contrato, que deverá ocorrer no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados da sua disponibilização via e-mail.

4.2.2 - O(s) representante(s) legal(is) do(s) vencedor(s) receberá(ão) um e-mail no endereço cadastrado informando a disponibilização do documento para assinatura eletrônica.

4.2.3 - É de responsabilidade exclusiva do usuário a consulta acerca da disponibilização do documento para assinatura.

4.3 - Se o vencedor não apresentar situação de habilitação regular ou, dentro do prazo de validade de sua proposta, se recusar a assinar o Contrato, poderá ser convocado outro proponente. Neste caso, será observada a ordem de classificação, averiguada a aceitabilidade de sua oferta, procedendo à sua habilitação e, sucessivamente, até a apuração de um que atenda ao Edital que será declarado o vencedor do certame, podendo o Pregoeiro negociar diretamente com o proponente para que seja obtido melhor preço.

4.3.1 - Se o vencedor se recusar a assinar o Contrato no prazo estabelecido, apresentar justificativa por escrito não aceita pela Administração ou deixar de fazê-lo, além de decair do direito, sujeitar-se-á das sanções previstas neste instrumento.

4.4 - Ao assinar a Ata de Registro de Preços, e eventualmente o termo contratual, o proponente vencedor obriga-se a executar os serviços registrados, conforme especificações e condições contidas na Ata de Registro de Preços, no Edital e seus anexos, e também na proposta apresentada;

4.5 - Para assinatura eletrônica do Contrato o vencedor deverá:

4.5.1 - Apresentar certidões atualizadas de regularidade fiscal junto aos seguintes órgãos: Fazenda Federal (conjunta com a contribuição previdenciária), Fazenda Estadual, Fazenda Municipal, do



PAPANDUVA

GOVERNO DO MUNICÍPIO

domicílio ou sede da proponente e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, em atendimento ao art. 92, inciso XVI, da Lei nº 14.133/21 e a Certidão de Negativas Débitos Trabalhistas, conforme Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011.

4.5.2 - Caso a assinatura do termo contratual seja realizada por um procurador designado pelo proponente, deverá ser apresentada a procuração pública ou particular, com poderes específicos para representar o interessado.

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

5.1 - O pagamento será efetivado de acordo com a(s) proposta(s) de preços apresentada(s) pelo(s) vencedor(s) da licitação, observado o que consta neste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à forma e condições de pagamento.

5.1.1 - O Município responsabilizar-se-á pelo pagamento resultantes de modificações contratuais sempre que devidamente autorizados pela Secretaria Gestora do Contrato, observados os limites do art 125 da Lei nº 14.133/21.

5.1.2 - O pagamento será conforme as medições realizadas de acordo com os prazos/cronograma propostos, após recebimento provisório e definitivo do atendimento das especificações.

5.2 - O pagamento será efetivado mediante apresentação da nota fiscal/fatura que deverá ser emitida em nome do CONTRATANTE, da qual deverá constar o número desta licitação, empenho e das negativas fiscais regularizadas (Federal (conjunta com a contribuição previdenciária), Estadual, Municipal, FGTS e a Certidão de Negativa de Débitos Trabalhistas), conforme Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011.

5.3 - As retenções tributárias serão aplicadas de acordo com as legislações federais, estaduais e municipais vigentes.

5.4 - O pagamento da Nota Fiscal será efetuado em até 30 (trinta) dias após o aceite da medição/produto.

5.5 - Em caso de atraso dos pagamentos por culpa exclusiva da Administração, será aplicado como índice de atualização monetária o INPC.

CLÁUSULA SEXTA - DAS SANÇÕES

6.1 - As sanções que poderão ser aplicadas ao CONTRATADO são as previstas na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, neste Contrato e no respectivo Edital, sem prejuízo do disposto na Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

6.2 - Sanções que poderão ser cominadas ao CONTRATADO, garantidos os direitos ao contraditório e à ampla defesa:

I) Advertência;

II) Multa, que será deduzida dos respectivos créditos, ou cobrados administrativamente ou judicialmente;



PAPANDUVA

GOVERNO DO MUNICÍPIO

- a) De até 5% sobre o valor total do contrato, diante do cometimento das condutas previstas nas alíneas "a", "d" e "e" do item 11.3;
- b) 0,2% (zero vírgula dois por cento) sobre o valor total do contrato por dia que exceder ao prazo para execução dos serviços, até o limite de 10% (dez por cento);
- c) De até 10% (dez por cento), nos casos de inexecução parcial, sobre o valor total do contrato, em percentual proporcional ao descumprimento e prejuízos sofridos pelo Município em decorrência do descumprimento, sem prejuízo da apuração e reparação do dano que a exceder;
- d) De até 15% (quinze por cento), nos casos de inexecução contratual total, sobre o valor total do contrato, sem prejuízo da apuração e reparação do dano que a exceder;
- e) De até 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, diante do cometimento das condutas previstas nas alíneas "f", "g", "h", "i" e "j" do item 11.3;

III) Impedimento de licitar e contratar com o Município de Papanduva/SC, Administração Direta e Indireta, e o descredenciamento do Cadastro de Fornecedor do Município de Papanduva/SC, pelo prazo de até 3 (três) anos, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais.

IV) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

6.3 - O CONTRATADO será responsabilizado, pelo cometimento das seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação, sem motivo justificado;
- e) descumprir as obrigações decorrentes do contrato.
- f) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a contratação ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- g) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- h) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza na execução do contrato;
- i) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- j) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;
- k) não apresentar garantia adicional, prevista no art. 59, § 5º da Lei Federal nº 14.133/2021;



PAPANDUVA

GOVERNO DO MUNICÍPIO

6.3.1 - Considera-se a conduta prevista na alínea "b" do item 11.3 como sendo o inadimplemento grave ou inescusável de obrigação assumida pelo CONTRATADO.

6.3.2 - Considera-se a conduta da alínea "d" do item 11.3 como sendo o atraso que importe em consequências graves para o cumprimento das obrigações contratuais.

6.3.3 - Considera-se a conduta da alínea "g" do item 11.3 como sendo a prática de qualquer ato destinado à obtenção de vantagem ilícita ou que induza ou mantenha em erro agentes públicos da Prefeitura de Papanduva, com exceção da conduta disposta no inciso "f" do item 11.3.

6.3.4 - Considera-se a conduta do inciso "h" do item 11.3 como sendo a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do contrato, sem prejuízo de outras que venham a ser verificadas no decorrer da execução contratual.

6.4 - As multas aplicáveis para o caso de praticar ato lesivo obedecerão ao regramento previsto na Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 e na regulamentação vigente.

6.5 - As multas deverão ser pagas junto à Tesouraria da Secretaria de Fazenda do Município até o dia de pagamento que o CONTRATADO tiver direito, mediante o envio da guia para pagamento pela Unidade Gestora ao CONTRATADO, ou poderão ser cobradas judicialmente após 30 (trinta) dias da cientificação.

6.6 - Nas sanções previstas neste contrato, a Administração considerará, motivadamente, a natureza e a gravidade da infração cometida; as circunstâncias agravantes ou atenuantes; as peculiaridades do caso concreto; os danos que dela provierem para a Administração Pública; e a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as justificativas do CONTRATADO, nos termos do que dispõe o art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

6.7 - As sanções aplicadas serão registradas no cadastro do CONTRATADO e, para fins de publicidade, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

6.8 - Nenhum pagamento será realizado ao CONTRATADO enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de sanção ou inadimplência contratual.

6.9 - O montante de multas aplicadas ao CONTRATADO não poderá ultrapassar a 30% (trinta por cento) do valor global do contrato; caso aconteça o CONTRATANTE terá o direito de rescindir o contrato.

6.10 - A aplicação das sanções poderá ocorrer por intermédio de meios alternativos de prevenção e resolução de controvérsias, notadamente a conciliação, a mediação, o comitê de resolução de disputas e a arbitragem, conforme previsto na Lei n 14.133/2021, legislações municipais e normativas que regulamentem a matéria no âmbito do Município.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA ALTERAÇÃO DA ATA

7.1 - O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no



PAPANDUVA

GOVERNO DO MUNICÍPIO

mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bem registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

7.2 - Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:

- a) convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;
- c) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

7.3 - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

- a) liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, se a comunicação ocorrer antes do pedido de execução dos serviços.
- b) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

7.4 - A alteração da Ata de Registro de Preços dependerá em qualquer caso da comprovação das condições de habilitação atualizadas do fornecedor convocado.

7.5 - Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA OITAVA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 - O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) presentes razões de interesse público.

8.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses acima previstas, assegurados o contraditório e ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

8.3 - O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu Registro de Preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

8.4 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos nesta cláusula, será feita



PAPANDUVA

GOVERNO DO MUNICÍPIO

mediante publicação em imprensa oficial do Município.

CLÁUSULA NONA - DA AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO E EMISSÃO DA AF.

9.1 - A execução do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, caso a caso, pelas Secretarias Participantes.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1 - As questões decorrentes da utilização da presente ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro da Cidade de Papanduva/ SC, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja, salvo nos casos previstos no art. 102, inciso I, alínea "d", da Constituição Federal.



PAPANDUVA

GOVERNO DO MUNICÍPIO

ANEXO III

MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

Termo de Contrato que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE PAPANDUVA/SC** – Secretaria de Cultura, inscrito no **CNPJ nº 83.102.533/0001-01**, representado neste ato pelo **Sr. Jeferson Chupel**, Prefeito Municipal, de ora em diante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **xxxxxx**, inscrita no **CNPJ nº xx.xxx.xxx/xxxx-xx**, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo **Sr. xxxxxx**, CPF nº xxx.xxx.xxx-xx, firmam o presente contrato, oriundo da licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 051/2024**, pelo qual se obriga a executar os serviços do objeto deste Contrato, na forma e condições estabelecidas no edital de licitação e nas cláusulas seguintes, a ser regido pela Lei Federal nº 14.133/21, Decreto Municipal nº 3.401/24, alterações posteriores e demais normas legais federais, estaduais e municipais vigentes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - Este contrato tem por objeto a, conforme termo de referencia.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1 - A execução do presente Contrato será pelo regime de execução indireta de empreitada por preço unitário.

2.2 - Fica vinculado este termo contratual as condições do Edital e seus anexos do processo licitatório Pregão Eletrônico nº 051/2024 e à proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS

3.1 - O valor deste Contrato para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários é de R\$ 000.000,00 (valor por extenso).

3.2 - Os preços inicialmente contratados somente poderão ser reajustados após o prazo de um ano, contado da data base do orçamento estimado.

3.3 - Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação do índice INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor , exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

3.4 - Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E REAJUSTE

4.1 - O pagamento será efetivado de acordo com a(s) proposta(s) de preços apresentada(s) pelo(s) vencedor(s) da licitação, observado o que consta neste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à forma e condições



PAPANDUVA

GOVERNO DO MUNICÍPIO

de pagamento.

4.1.1 - O CONTRATANTE responsabilizar-se-á pelo pagamento resultantes de modificações contratuais sempre que devidamente autorizados pela Secretaria Gestora do Contrato, observados os limites do art. 125 da Lei nº 14.133/21.

4.1.2 - O pagamento será conforme as medições realizadas de acordo com os prazos/cronograma propostos, após recebimento provisório e definitivo do atendimento das especificações do Memorial Descritivo.

4.2 - O pagamento será efetivado mediante apresentação da nota fiscal/fatura que deverá ser emitida em nome do CONTRATANTE, da qual deverá constar o número desta licitação, empenho e das negativas fiscais regularizadas (Federal (conjunta com a previdenciária), Estadual, Municipal, FGTS e a Certidão de Negativa de Débitos Trabalhistas), conforme Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011.

4.3 - As retenções tributárias serão aplicadas de acordo com as legislações federais, estaduais e municipais vigentes.

4.4 - O pagamento da Nota Fiscal será efetuado em até 30 (trinta) dias após o aceite da medição/produto.

4.5 - Em caso de atraso dos pagamentos por culpa exclusiva da Administração, será aplicado como índice de atualização monetária o INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor.

CLÁUSULA QUINTA – DOS PRAZOS E FORMA DE EXECUÇÃO

5.1 - A vigência do contrato será até 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato.

5.2 - A Autorização de Fornecimento será expedida pela Secretaria Gestora do Contrato, conforme necessidade, e o produto será entregue em no máximo 15 (quinze) dias úteis após o seu recebimento.

5.3 - Para fins de contagem dos prazos previstos será considerado como data de assinatura do contrato a data da última assinatura (dia/mês/ano) dos signatários referenciados no preâmbulo do referido instrumento.

CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

6.1 - As despesas provenientes do objeto deste contrato correrão por conta do Orçamento Municipal vigente para 2024.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA GESTÃO CONTRATUAL

7.1 - A gestão do contrato será realizada pela Sra. Maria Odawara, tendo como fiscais:

Unidade Escolar	Diretora/Responsável	Email
E.M Pratinha	Marcia Saskoski	pratinhapra18@gmail.com
E.M Francisco Haas	Rubia Gutz de Matos	escolafranciscohaas@gmail.com
E.M Tereza Ciupka Werka	Elizabeth G Machado	betimachado2009@hotmail.com
E.M Rubens A Jazar	Denise de Paula	escolarubensjazar@yahoo.com.br



PAPANDUVA

GOVERNO DO MUNICÍPIO

E.M Walmir L Senna	Eliane Ulbrich	eefwalmirsenna@gmail.com
E.M Maria Avelina Furtado	Marli Kieski	mariaavelinafurtado@gmail.com
P.E Cantinho da Alegria	Edenilson Padilha	cantinhodaalegriapva@gmail.com
CEI Tio Luiz	Juvita Hlenka	tioluizcreche@yahoo.com
CEI Tio Luiz Extensão	Juvita Hlenka	tioluizcreche@yahoo.com
CEI Sonho Encantado	Luciane P. B.Tabalipa	sonhoencantadoppv@gmail.com
CEI Sonho Encantado Extensão	Luciane P. B.Tabalipa	sonhoencantadoppv@gmail.com
CEI Vó Elidia G Mikalovicz	Eliane Padilha	ceielidiaveronica@gmail.com
E.M Floresta	Joelma A. G. De Lima	escolafloresta2022@gmail.com

Quais serão responsáveis pelo recebimento e fiscalização do objeto licitado, devendo ser observado o disposto no art. 117 da Lei nº 14.133/21, podendo ser auxiliado se for necessário.

CLÁUSULA OITAVA – DO DIREITO DE FISCALIZAÇÃO

8.1 - O CONTRATANTE exercerá ampla fiscalização do objeto contratado, o que em nenhuma hipótese eximirá a CONTRATADA das responsabilidades fixadas pelo Código Civil e pelo Código de Defesa do Consumidor.

8.2 - A fiscalização do CONTRATANTE transmitirá por escrito as instruções, ordens e reclamações, competindo-lhe a decisão nos casos de dúvidas que surgirem no decorrer da vigência contratual.

CLÁUSULA NONA – DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

9.1 - Cumprir e fazer cumprir as disposições deste contrato.

9.2 - Determinar, quando cabível, as modificações consideradas necessárias à execução do contrato e a tutelar o interesse público.

9.3 - Intervir na execução do serviço licitado nos casos previstos em lei e na forma deste contrato visando proteger o interesse público.

9.4 - Responder aos pedidos de reajuste e de restabelecimento de equilíbrio econômico-financeiro em até 03 (três) meses, e em caso de repactuação o prazo para resposta será de até 01 (um) mês.

9.5 - Conferir, fiscalizar, vistoriar e aprovar o objeto entregue e serviço executado.

9.6 - Exigir e receber a garantia adicional, prevista no art. 59, § 5º da Lei Federal nº 14.133/2021, quando for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

10.1 – Responsabilidades na forma da Lei 14.133/21, em consonância com o disposto no edital nº 051/2024 e



PAPANDUVA

GOVERNO DO MUNICÍPIO

em seu respectivo termo de referência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES

11.1 - As sanções que poderão ser aplicadas ao CONTRATADO são as previstas na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, neste Contrato e no respectivo Edital, sem prejuízo do disposto na Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2 - Sanções que poderão ser cominadas ao CONTRATADO, garantidos os direitos ao contraditório e à ampla defesa:

I) Advertência;

II) Multa, que será deduzida dos respectivos créditos, ou cobrados administrativamente ou judicialmente:

a) De até 5% sobre o valor total do contrato, diante do cometimento das condutas previstas nas alíneas "a", "d" e "e" do item 11.3;

b) 0,2% (zero vírgula dois por cento) sobre o valor total do contrato por dia que exceder ao prazo para execução dos serviços, até o limite de 10% (dez por cento);

c) De até 10% (dez por cento), nos casos de inexecução parcial, sobre o valor total do contrato, em percentual proporcional ao descumprimento e prejuízos sofridos pelo Município em decorrência do descumprimento, sem prejuízo da apuração e reparação do dano que a exceder;

d) De até 15% (quinze por cento), nos casos de inexecução contratual total, sobre o valor total do contrato, sem prejuízo da apuração e reparação do dano que a exceder;

e) De até 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, diante do cometimento das condutas previstas nas alíneas "f", "g", "h", "i" e "j" do item 11.3;

III) Impedimento de licitar e contratar com o Município de Papanduva/SC, Administração Direta e Indireta, e o descredenciamento do Cadastro de Fornecedor do Município de Papanduva/SC, pelo prazo de até 3 (três) anos, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais.

IV) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

11.3 - O CONTRATADO será responsabilizado, pelo cometimento das seguintes infrações:

a) dar causa à inexecução parcial do contrato;

b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) dar causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação, sem motivo justificado;

e) descumprir as obrigações decorrentes do contrato.

f) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a contratação ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;



PAPANDUVA

GOVERNO DO MUNICÍPIO

- g) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- h) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza na execução do contrato;
- i) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- j) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;
- k) não apresentar garantia adicional, prevista no art. 59, § 5º da Lei Federal nº 14.133/2021;

11.3.1 - Considera-se a conduta prevista na alínea "b" do item 11.3 como sendo o inadimplemento grave ou inescusável de obrigação assumida pelo CONTRATADO.

11.3.2 - Considera-se a conduta da alínea "d" do item 11.3 como sendo o atraso que importe em consequências graves para o cumprimento das obrigações contratuais.

11.3.3 - Considera-se a conduta da alínea "g" do item 11.3 como sendo a prática de qualquer ato destinado à obtenção de vantagem ilícita ou que induza ou mantenha em erro agentes públicos da Prefeitura de Papanduva, com exceção da conduta disposta no inciso "f" do item 11.3.

11.3.4 - Considera-se a conduta do inciso "h" do item 11.3 como sendo a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do contrato, sem prejuízo de outras que venham a ser verificadas no decorrer da execução contratual.

11.4 - As multas aplicáveis para o caso de praticar ato lesivo obedecerão ao regramento previsto na Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 e na regulamentação vigente.

11.5 - As multas deverão ser pagas junto à Tesouraria da Secretaria de Fazenda do Município até o dia de pagamento que o CONTRATADO tiver direito, mediante o envio da guia para pagamento pela Unidade Gestora ao CONTRATADO, ou poderão ser cobradas judicialmente após 30 (trinta) dias da cientificação.

11.6 - Nas sanções previstas neste contrato, a Administração considerará, motivadamente, a natureza e a gravidade da infração cometida; as circunstâncias agravantes ou atenuantes; as peculiaridades do caso concreto; os danos que dela provierem para a Administração Pública; e a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as justificativas do CONTRATADO, nos termos do que dispõe o art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

11.7 - As sanções aplicadas serão registradas no cadastro do CONTRATADO e, para fins de publicidade, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

11.8 - Nenhum pagamento será realizado ao CONTRATADO enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de sanção ou inadimplência contratual.

11.9 - O montante de multas aplicadas ao CONTRATADO não poderá ultrapassar a 30% (trinta por cento) do valor global do contrato; caso aconteça o CONTRATANTE terá o direito de rescindir o contrato.

11.10 - A aplicação das sanções poderá ocorrer por intermédio de meios alternativos de prevenção e



PAPANDUVA

GOVERNO DO MUNICÍPIO

resolução de controvérsias, notadamente a conciliação, a mediação, o comitê de resolução de disputas e a arbitragem, conforme previsto na Lei n 14.133/2021, legislações municipais e normativas que regulamentem a matéria no âmbito do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

12.1 - A extinção do presente ocorrerá nas hipóteses previstas no art. 137 a 139 da Lei 14.133/2021, sem prejuízo de eventual penalidade aplicável, assegurado o contraditório e ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO E RECEBIMENTO

13.1 – Os objetos serão recebidos:

- a) Provisoriamente, ao fim de cada etapa, em até 48 (quarenta e oito) horas, a partir do comunicado oficial da conclusão da etapa, possibilitando ao Município, realizar conferência;
- b) A partir da emissão dos documentos de recebimento provisório de cada etapa, respeitando prazo máximo de até 48 (quarenta e oito) horas, a CONTRATANTE realizará o recebimento definitivo, que ocorrerá somente se atestada plenamente a conformidade das quantidades e especificações do presente termo de referência;
- c) Na hipótese de verificação a que se refere o subitem 14.1, "b" não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;
- d) O recebimento provisório ou definitivo dos itens não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução da futura contratação;
- e) Se a CONTRATANTE constatar, tanto no recebimento provisório como no definitivo, que os itens não correspondem ao exigido no presente Termo de Referência, ou estão em quantidade diversa da solicitada, a CONTRATADA deverá providenciar de forma imediata, a substituição/reposição visando ao atendimento total das especificações, sem prejuízo da incidência das sanções previstas na contratação, no Edital, na Lei n°. 14.133/2021 e alterações posteriores e no Código de Defesa do Consumidor (Lei n°. 8.078/90).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - LEGISLAÇÃO

14.1 - Nos termos do previsto no artigo 92, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, aplica-se ao presente contrato a presente legislação:

- a) Lei nº 14.133/21;
- b) Lei Complementar nº 123/06;
- c) Lei nº 13.709/2018 (LGPD);
- d) Código de Defesa do Consumidor;
- e) Código Civil;



PAPANDUVA

GOVERNO DO MUNICÍPIO

- f) Código Penal;
- g) Código Processo Civil;
- h) Código Processo Penal;
- i) Legislação trabalhista e previdenciária;
- j) Estatuto da Criança e do Adolescente; e
- k) Demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1 - Para dirimir questões decorrentes deste Contrato fica eleito o Foro da Comarca de Papanduva/SC, com renúncia expressa a qualquer outro.

15.2 - E assim justas e contratadas, firmam as partes este instrumento com as testemunhas presentes ao ato, a fim de que produza seus efeitos legais.

Papanduva, 000000000.

Autoridade Competente

Pela Contratada

Testemunhas:

Nome:
Matrícula:

Nome:
Matrícula: